

## PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: SABERES DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA(PAIC)

Francisca Mônica Silva da Costa<sup>1</sup>  
Adriana Leite Limaverde Gomes<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo investiga os saberes sobre a Psicogênese da Língua Escrita de professoras alfabetizadoras participantes do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Para tanto, foi desenvolvido um estudo de caso múltiplo com seis professoras alfabetizadoras da rede municipal de Fortaleza, participantes do PAIC. Diante dos dados obtidos, constatamos que, de uma forma geral, todas as professoras participantes da investigação demonstram conhecer as características de cada estágio ou nível descrito pela psicogênese. Verificamos, ainda, que as professoras apresentaram certa insegurança e imprecisão na caracterização do nível alfabético, diferentemente do que ocorreu com os demais níveis psicogenéticos. Conclui-se que, conhecer o que as professoras sabem e como vêm elas compreendendo cada nível psicogenético poderá servir de base para novas propostas de intervenção junto ao professor alfabetizador.

**Palavras-chave:** Psicogênese da Língua Escrita, Saberes, PAIC.

### INTRODUÇÃO

Os conhecimentos acerca do processo de alfabetização são históricos e sofreram variações no decorrer do tempo, sobretudo nas últimas três décadas. Até os anos 1980, as preocupações com a alfabetização giravam em torno da escolha do melhor método e da cartilha mais adequada a ser seguida. Atualmente, compreende-se que a alfabetização envolve um complexo trabalho de reconstrução conceitual, o que rompe com a visão simplificada sobre o processo de alfabetização, em que o aprendizado se dá por meio do ensino transmissivo, seguindo uma progressão predeterminada que partia das unidades da língua mais fáceis para as mais difíceis.

Os estudos de Emília Ferreira e Ana Teberosky divulgados nos meados da década de 80 sobre a psicogênese da língua escrita iniciaram uma verdadeira revolução na área da alfabetização por contribuírem para uma mudança de paradigma, ao deslocarem as preocupações com os métodos para o processo de aprendizagem dos sujeitos. Assim, as

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação. Universidade Federal do Ceará- UFC, monica10cost@gmail.com;

<sup>2</sup> Orientadora: Doutora em Educação. Universidade Federal do Ceará- UFC, adrianalimaverde@ufc.br.

(83) 3322.3222

discussões sobre o como ensinar tornaram-se secundárias e cederam lugar às discussões sobre como os sujeitos aprendem.

Esse novo pensamento logo repercutiu na prática pedagógica dos professores alfabetizadores, uma vez que a teoria desenvolvida por Emilia Ferreiro e Teberosky teve grande divulgação e repercussão no Brasil, e difundiu-se nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Essa perspectiva teórica fundamenta os programas de formação continuada de professores alfabetizadores como o Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará.

Interessamo-nos, então, investigar os saberes sobre a Psicogênese da Língua Escrita de professoras alfabetizadoras participantes do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC). Os dados aqui apresentados foram obtidos durante uma pesquisa de Mestrado intitulada: *Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC): concepções sobre alfabetização de professoras do 1º ano do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza*, que visou analisar as concepções sobre alfabetização de professoras alfabetizadoras do 1º ano do Ensino Fundamental participantes do PAIC da rede municipal de Fortaleza. Ressalta-se que, no presente artigo, daremos destaque à análise dos dados de uma das categorias da pesquisa inicial.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi baseada no estudo de caso múltiplo. Nesse tipo de estudo, o pesquisador não se concentra em um caso único, mas em vários casos. Sobre o estudo de caso múltiplo, Yin (2001, p. 68) afirma que eles “costumam ser mais convincentes”, pois essa abordagem metodológica amplia a compreensão ou a teorização sobre um número maior de casos. O estudo contou com a participação de seis professoras alfabetizadoras participantes do PAIC de Fortaleza, sendo cada uma delas atuante em um diferente Distrito Educacional<sup>3</sup> da rede municipal. Para selecioná-las, foram definidos critérios tais como: ser professora alfabetizadora e participar da formação em serviço oferecida pelo PAIC há pelo menos três anos. As professoras participantes desta investigação foram denominadas P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

Dada a especificidade do objeto de estudo desta investigação, fez-se necessária a criação de um instrumento que contribuísse para a identificação dos saberes sobre a Psicogênese da

---

<sup>3</sup>A administração executiva da cidade de Fortaleza é dividida em seis Secretarias Executivas Regionais (SERs) e em cada SER há um Distrito Educacional que coordena e executa as políticas educacionais nas escolas de sua abrangência.

Língua Escrita por parte das professoras alfabetizadoras. Para tanto, a pesquisadora apresentou produções escritas às professoras. Pensou-se então em propor às professoras que analisassem produções escritas reais de crianças em processo de alfabetização. Solicitamos às professoras a análise das produções a partir de alguns direcionamentos, tais como: nível psicogenético de cada criança e as características de tais níveis.

## DESENVOLVIMENTO

No início da década de 1980, a divulgação dos resultados do estudo desenvolvido por Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, no qual investigaram a gênese do processo de apropriação do sistema de escrita alfabético pela criança, trouxe mudanças de paradigma e provocou significativas alterações na fundamentação teórica na área da alfabetização. Esses estudos acarretaram rupturas em relação ao que se pensava até aquele momento sobre a aquisição da língua escrita, deslocando as preocupações com os métodos para o processo de aprendizagem dos sujeitos. Assim, as discussões sobre o como ensinar tornaram-se secundárias e cederam lugar às discussões sobre como os sujeitos aprendem.

Por muito tempo, as preocupações com a alfabetização giravam em torno da escolha do melhor método e da cartilha mais adequada a ser seguida. Atualmente, compreende-se que a alfabetização envolve um complexo trabalho de reconstrução conceitual, o que rompe com a visão simplificada sobre o processo de alfabetização, em que o aprendizado se dá por meio do ensino transmissivo, seguindo uma progressão predeterminada que partia das unidades da língua mais fáceis para as mais difíceis. Nessa concepção, o aluno era considerado um sujeito passivo, que iniciava o processo sem conhecimento algum sobre a escrita.

A psicogênese da língua escrita utiliza o referencial piagetiano como fundamento para suas proposições. Ao justificar a base teórica de seus estudos, Ferreiro e Teberosky (1999, p. 28) afirmam essa teoria lhes permitiu introduzir a escrita enquanto objeto de conhecimento, e o sujeito da aprendizagem enquanto sujeito cognoscente.

O sujeito que conhecemos através da teoria de Piaget é aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo lhe provoca. Não é um sujeito que espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele, por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo, e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo (FERREIRO e TEBEROSKY, 1999, p. 22).

Observa-se, então, profunda mudança em relação às concepções tradicionais em que a criança era um sujeito passivo e que dependia de estímulos externos para aprender. Na

perspectiva psicogenética, diferentemente, o sujeito assume papel ativo na construção de sua aprendizagem. Dessa maneira, a construção do conhecimento baseia-se na atividade do sujeito em interação com o objeto, nesse caso, a escrita – um objeto cultural.

No que se refere à aprendizagem da escrita, as autoras consideram que esse processo se inicia muito antes de as crianças entrarem na escola, uma vez que anteriormente as crianças já interagem com diferentes portadores de textos e práticas sociais de escrita, ou seja, mesmo antes de iniciar a vida escolar, ela já está imersa em um mundo onde há a presença de sistemas simbolicamente elaborados, dentre eles a escrita.

Sobre o início desse processo, Ferreiro e Teberosky (1999, p. 5) assinalam, ainda, que a “aprendizagem da leitura, entendida como o questionamento a respeito da natureza, da função e do valor desse objeto cultural que é a escrita, inicia-se muito antes do que a escola imagina, transcorrendo por insuspeitados caminhos”. Ressalta-se, contudo, que este conhecimento da criança sobre a escrita ainda não está em conformidade com a escrita socialmente convencional.

Nessa perspectiva, os erros de escrita das crianças em processo de alfabetização assumem novo significado, pois eles demonstram a construção do conhecimento sobre a língua escrita já elaborado por elas. Visto que, ao aprender a escrever, a criança reconstrói a escrita, de modo semelhante ao processo pelo qual a humanidade passou, durante a construção da escrita que temos hoje, as pesquisadoras demonstram que o aluno elabora hipóteses sobre o objeto de conhecimento – a escrita e, portanto, esta aprendizagem é um processo de construção e compreensão individual, e que os erros cometidos pela criança, nesse percurso, são construtivos.

Outro fundamento basilar dessa concepção faz referência a compreensão da escrita como um sistema de representação, cuja aprendizagem significa a apropriação de um objeto de conhecimento de origem simbólica (FERREIRO, 2010). A partir dessa nova concepção, o aprendizado da língua escrita ocorrerá a partir da compreensão de um sistema notacional, no qual as letras representam ou notam a pauta sonora das palavras. Dessa maneira, essa nova perspectiva representa uma ruptura da compreensão de escrita como o aprendizado de um código que prevalecia até então.

Nesse contexto, Ferreiro (2010) destaca que a aquisição da língua escrita não deve ser compreendida como uma habilidade motora mecânica, uma vez que a criança a criança vai elaborando um sistema de representação através de um processo construtivo a partir da interação da criança com o objeto de conhecimento, a escrita. Teberosky e Colomer (2003) ressaltam que a escrita, enquanto objeto cultural, deve ser compreendida pelas crianças por meio de vivências de situações de uso social. Não obstante, as autores, destacam que,

comumente, as atividades desenvolvidas pelas crianças nesse processo de alfabetização, muitas vezes, consistem em exercícios mecânicos e descontextualizados.

Ferreiro e Teberosky (1999) no decorrer de sua pesquisa comprovaram que as crianças apresentam níveis conceituais linguísticos, ou seja, que elas constroem hipóteses a respeito da escrita. Seus estudos apresentam o longo caminho pela exploração de várias hipóteses que as crianças elaboram até a construção do conceito de língua escrita, enquanto sistema de representação do som da fala por sinais gráficos. É importante salientar que nem todas as crianças evidenciam a passagem obrigatória por todas as hipóteses descritas pelas autoras.

As autoras caracterizam o processo evolutivo de aquisição da escrita em: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Vale ressaltar que as características de cada nível não são estanques, pois são uma continuidade e representam superações conceituais uns dos outros, nos quais as crianças constroem hipóteses mais elaboradas.

No primeiro nível, denominado de pré-silábico, a criança compreende que desenho é diferente de escrita. Ela reproduz os traços típicos da escrita, que podem ser formas gráficas de imprensa ou cursiva, fator que vai depender do tipo de escrita com a qual ela tenha contato. A criança elabora a hipótese de que a escrita das palavras é proporcional ao tamanho dos objetos ao qual se referem, e ela percebe também a necessidade de utilizar no mínimo duas ou três letras para escrever e da variação dessas letras para a escrita de palavras diferentes.

As autoras destacam que nesse nível, inicialmente, a diferenciação na escrita das palavras é quantitativa e se baseia na quantidade mínima de letras para que a escrita possa ter um significado. Em seguida, esta diferenciação passa a ser qualitativa, de modo que as letras deverão ser utilizadas variavelmente, pois, segundo Ferreiro e Teberosky (1999, p. 202), as crianças descobrem que “para poder ler coisas diferentes, deve haver uma diferença objetiva na escrita”.

O nível seguinte é marcado pela atenção às propriedades sonoras do significante, ou seja, pela hipótese silábica (FERREIRO, 2010). Esse período caracteriza-se pela tentativa da criança de dar um valor sonoro a cada letra, o que a faz usar uma forma gráfica para cada som. Na fase anterior, eram usadas pelo menos duas ou três formas de grafia para cada palavra, agora a criança utiliza duas grafias para uma palavra com duas sílabas e assim sucessivamente. Nessa fase, a criança trabalha claramente com a hipótese de que a escrita representa partes sonoras da fala.

Esse período é marcado também por momentos de conflitos, uma vez que a criança compreende a necessidade de mais de uma letra para escrever uma palavra, por isso, tem dificuldade na escrita de monossílabos, uma vez que este tipo de escrita entrará em contradição

com a hipótese da quantidade mínima de caracteres, para que um registro escrito tenha significado. Para de solucionar tais conflitos a criança lança mão de letras excedentes – inclusão de letras além da estabelecida pela palavra original. Outro conflito se refere a hipótese da variação de letras ainda presentes no início deste nível. Segundo esse critério, a criança afirma que uma palavra não pode ser escrita com uma sequência de letras iguais, palavras com letras que se repetem como batata, a escrita não poderia ser AAA; e ainda que palavras diferentes não são escritas da mesma maneira, como bola e cola, ambas não poderiam ser escritas OA. Dessa forma, a hipótese silábica é fonte de conflito permanente, pois as escritas que rodeiam as crianças, muitas vezes, vão de encontro aos critérios da quantidade e variações de letras nas palavras.

A hipótese alfabética será alcançada após a superação dos conflitos desse momento de transição do período silábico ao alfabético, quando a criança sente necessidade de uma análise que vai além da sílaba, ou seja, quando ela desenvolve a capacidade de fazer uma análise interna da sílaba, e passa a representar algumas unidades dentro dessa sílaba, as quais Ferreiro (2013) denominou de unidades intrassilábicas.

Na escrita alfabética, a criança compreende que cada um dos caracteres corresponde a valores sonoros menores que a sílaba, e realiza uma análise sonora dos fonemas ao escrever. A identificação do som muitas vezes pode não significar a identificação da letra correspondente, o que pode provocar dificuldades ortográficas na escrita.

É válido destacar que os resultados dos estudos psicogenéticos propostos por Ferreiro e Teberosky não são de natureza pedagógica, mas sim psicológica, e por vezes foram confundidos com uma metodologia de ensino. Isso porque não houve por parte das autoras uma demonstração da aplicabilidade metodológica do referido estudo, tendo ocorrido um silenciamento em relação às questões didáticas.

Quando se refere a essa dificuldade em didatizar as informações da psicogênese, Morais (2006, p.5), assinala:

Na realidade, durante mais de uma década, o que predominou na formação inicial e continuada dos professores foi o acesso dos docentes à descrição do percurso evolutivo vivido pelo aprendiz, ao aprender o sistema alfabético e não uma discussão sobre formas de didatizar aquela informação.

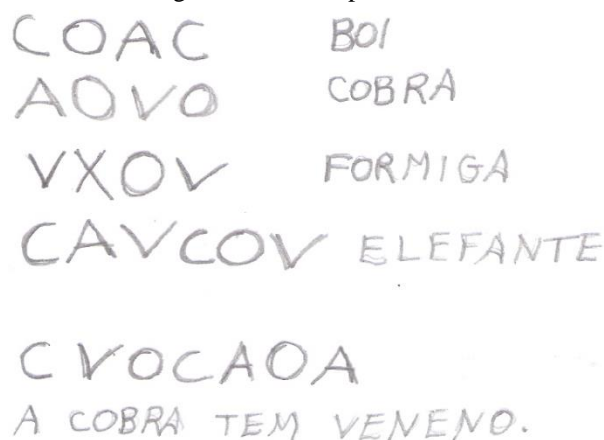
Compreendemos que o conhecimento do professor acerca das hipóteses da escrita da criança e sua coerente interpretação poderão contribuir para o planejamento de atividades que contemplem os aspectos a serem trabalhados em cada fase. Essas atividades devem favorecer o confronto dessas hipóteses sobre o processo de aquisição da escrita.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Passaremos a seguir à discussão dos dados relativos à análise realizada pelas professoras acerca das produções escritas das crianças, optamos por apresentar esses dados de acordo com o nível psicogenético evolutivo. Ressaltamos que, no decorrer da fase de coleta, essas produções não seguiram essa ordem evolutiva dos níveis de escrita.

Observamos, de uma forma geral, que todas as professoras participantes demonstram conhecer as características de cada estágio ou nível descrito pela psicogênese. Assim, diante de uma escrita pré-silábica ilustrada a seguir, observamos que nenhuma das professoras colaboradoras apresentou dificuldade em identificar em que nível cada criança se encontrava, embora algumas das definições das docentes se mantinham em um nível genérico. Por exemplo, entre as seis professoras, P1, P4 e P6 identificaram o nível pré-silábico por uma característica comum a esse período, que é o fato de a criança não relacionar a escrita ao som da fala. Tal entendimento pode ser exemplificado pela fala de P1, ao afirmar: “Essa criança aqui tá pré-silábica, ela não leva em consideração o valor sonoro”.

Figura 1 – Escrita pré-silábica



COAC BOI  
AOVO COBRA  
VXOV FORMIGA  
CAVCOV ELEFANTE  
  
C VOCAOA  
A COBRA TEM VENENO.

Já P4 e P6 sugeriram que provavelmente essa criança utilizou as letras do nome próprio para escrever as diferentes palavras solicitadas. Tal constatação foi observada por P6, ao apontar: “Aqui é pré-silábico, ele [o aluno] repete as mesmas letras, que talvez sejam as do nome dele”. Ao longo do processo evolutivo no nível pré-silábico, existe a possibilidade de a criança utilizar as letras do próprio nome ou a mesma escrita para palavras diferentes, pois essas letras são mais significativas para ela.

Apesar de asseverar inicialmente que a criança “[...] repete as mesmas letras, que talvez sejam as do nome dele”, P6 prosseguiu afirmando que “[...] ele foi escrevendo por escrever”. A professora não verifica em sua análise que a criança poderia estar levantando outras

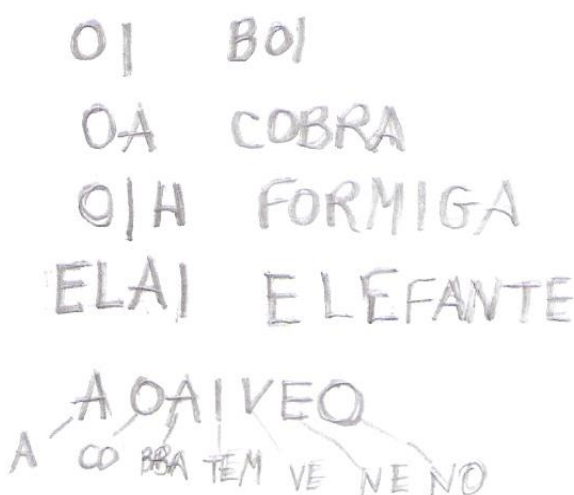
hipóteses, como a quantidade mínima de letras ou a variação de letras entre palavras e no interior das palavras. Assim sendo, o que para um adulto pode parecer sem sentido, pode revelar quais hipóteses dão sentido à escrita de quem está se alfabetizando.

Já P2, em sua análise, afirmou: “Pré-silábica, tem uma variação de letras pra escrever palavras diferentes”. Para essa professora, assim como para P3 e P5, as variações de letras são as diferenciações entre as escritas produzidas para dizer coisas diferentes. Ferreiro (2001, p. 24) explica que para fazer essa diferenciação

As crianças exploram então critérios que lhes permitem, às vezes, variações sobre o eixo quantitativo (variar a quantidade de letras de uma escrita para outra, para obter escritas diferentes), e, às vezes, sobre o eixo qualitativo (variar o repertório de letras que se utiliza de uma escrita para outra; variar a posição das mesmas letras sem modificar a quantidade). A coordenação dos dois modos de diferenciação (quantitativos e qualitativos) é tão difícil aqui como em qualquer outro domínio da atividade cognitiva.

Dando continuidade à discussão sobre as análises das produções escritas, vejamos agora como as professoras analisaram a escrita silábica ilustrada a seguir. Observamos que, mais uma vez, todas conseguiram interpretar com facilidade qual a hipótese em que a criança se encontrava no momento da escrita. Todas as professoras descreveram a característica principal desse nível, ou seja, para cada sílaba que se pronuncia, coloca-se uma letra, como podemos identificar na fala de P5: “Essa criança está no silábico. Ela está utilizando uma letra para cada sílaba”. Essa característica também foi observada pelas demais professoras participantes.

Figura 2 – Escrita silábica



OI BOI  
OA COBRA  
OIH FORMIGA  
ELAI ELEFANTE  
AOAIVEO  
A COBRA TEM VE NE NO

A hipótese silábica consiste em um grande salto qualitativo em relação à escrita pré-silábica. Ferreiro (2001) enfatiza que a importância dessa fase consiste na possibilidade de a

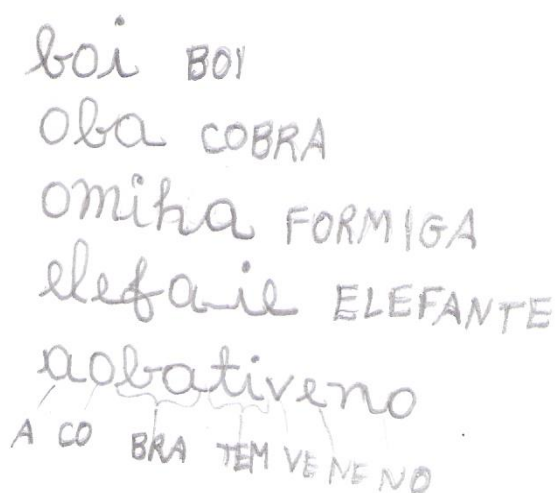


criança adquirir um critério para regular as variações na quantidade de letras como também centrar sua atenção nas variações sonoras.

Assim como P1, que afirmou “Essa criança é silábica, ela seguiu o valor sonoro, pra cada palavra ela colocou a vogal”, todas as professoras, em suas análises, também fizeram referência ao aspecto sonoro que surge na hipótese silábica e que estava presente na escrita que lhes foi apresentada. Esse aspecto sonoro representa também um avanço no modo como a criança compreende a escrita, pois, nessa fase, as letras podem começar a adquirir valor sonoro quando há uma tentativa de corresponder cada sílaba a um dos fonemas que formam oralmente essa sílaba.

Ainda sobre a compreensão das professoras sobre os níveis psicogenéticos, veremos como elas interpretaram uma produção escrita silábico-alfabética ilustrada abaixo. Ainda que esse período de transição não constitua um nível psicogenético, Ferreiro (2001a, p. 95) afirma que o silábico-alfabético “[...] é um período com uma especificidade própria.” Assim sendo, nesse período também há a necessidade de uma intervenção específica.

Figura 3 – Escrita silábico-alfabética



boi BOI  
oba COBRA  
omika FORMIGA  
elefante ELEFANTE  
aobativeno  
A CO BRA TEM VENENO

Observamos que, assim como nas produções anteriores, nessa última escrita todas as professoras também identificaram com facilidade que se tratava de uma escrita silábico-alfabética. Esse fato talvez esteja relacionado à acentuada difusão sobre os níveis psicogenéticos que ocorre na formação continuada da qual essas profissionais participam, pois, segundo as professoras pesquisadas, nas formações é enfatizada a identificação dos níveis de escrita.

Para classificar a escrita como silábico-alfabética, P3 afirmou: “Aqui ele [o aluno] já está em transição, tá no silábico-alfabético”. Assim como P2e P6, as professoras destacaram tratar-se de um período de transição entre o silábico e o alfabético.

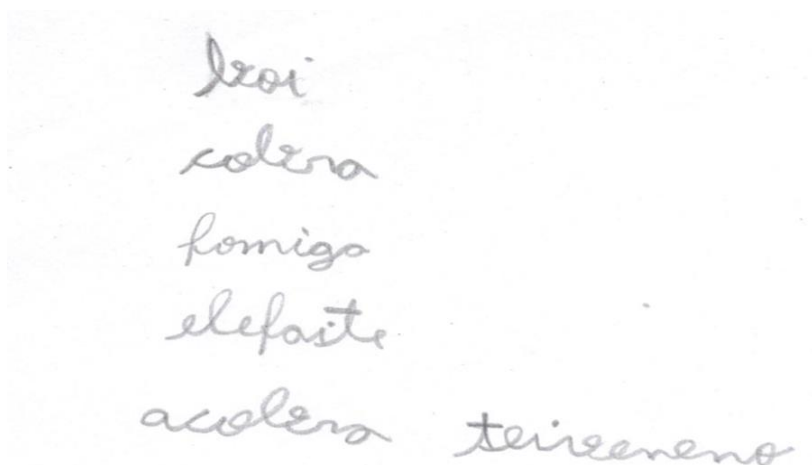
Outra característica desse período foi destacada por P3 ao afirmar que “[...] ele [o aluno] já usa uma letra ou mais para cada sílaba”. Essa característica, também observada por P1 e P4, se refere à descoberta da necessidade de mais de uma letra para a maioria das sílabas, descoberta essa que faz a criança oscilar entre colocar uma letra para cada sílaba em determinado palavra ou em parte da palavra, e colocar mais de uma letra para formar outras sílabas em outro momento. Essas professoras observaram, também, a compreensão por parte da criança de que a escrita representa o som da fala, com afirmações tais como: “já considera vogal e consoante com valor sonoro” (P1), “ele já usa o som” (P3) e “ele já relaciona som (P4)”.

Ferreiro (2001) considera que esse período se caracteriza por representar uma transição entre os esquemas prévios que serão abandonados e os esquemas futuros que serão construídos. Ainda sobre esse período, a referida autora assegura:

Percebe-se que é preciso ir além da sílaba, mas não há como sustentar tal análise de uma maneira consistente até o final. Chamei-o de transição, porque é algo que não é uma teoria geral como a anterior, não lhe permite prever, nem antecipar nada, você volta a não saber quantas letras são necessárias para escrever uma palavra. Sabe um pouco melhor quais vão, mas não sabe quantas (FERREIRO, 2001a, p. 96).

Para concluir a discussão sobre a análise realizada pelas professoras acerca das citadas produções escritas, passemos ao nível alfabético ilustrado a seguir. Observamos que, apesar de a hipótese alfabética ser geralmente mais fácil de identificar, pois nela o alfabetizando já conseguiu compreender como funciona o sistema alfabético de escrita, as professoras apresentaram certa insegurança e imprecisão na caracterização desse nível alfabético, diferentemente do que ocorreu com os demais níveis analisados anteriormente.

Figura 4 – Escrita alfabética



As colaboradoras P1, P3 e P5 iniciaram suas análises com interrogações tais como: “Ele está no alfabético, né?”, e ao serem questionadas sobre o porquê dessa conclusão, P1 e P5 responderam relacionando a aspectos gerais como: “Isso aqui é coisa de quem já tá bem encaminhado na leitura” (P1), e “[...] porque você já consegue ler” (P5).

As professoras P2, P4 e P6, por seu turno, fizeram referência ao uso da “sílabas completa” ou “sílabas convencional” para definirem o nível alfabético. Essas definições, porém, ainda não contemplam a descoberta fundamental da hipótese alfabética: a de que as letras não representam as sílabas orais, mas, sim, os fonemas. Ferreiro (2001, p. 27) assinala que nesse nível “[...] a criança descobre que a sílaba não pode ser considerada como uma unidade, mas que ela é, por sua vez, reanalisável em elementos menores”.

Essa falta de clareza na definição do nível alfabético também foi observada em um estudo realizado por Mamede (2003) sobre as leituras teóricas dos professores alfabetizadores. Na ocasião, a pesquisadora levantou a hipótese de que as professoras, assim como os alunos, foram submetidos a uma relação mecanicista com a língua escrita que se obnubilam pelas práticas repetitivas das famílias silábicas, não tendo consciência da relação entre as letras e os fonemas ou não conseguindo expressá-la.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivamos, durante o desenvolvimento dessa artigo, investigar os saberes sobre a Psicogênese da Língua Escrita de professoras alfabetizadoras participantes do Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC).

Com base nos dados obtidos, constatamos que, de uma forma geral, todas as professoras participantes da investigação demonstram conhecer as características de cada estágio ou nível descrito pela psicogênese. Verificamos ainda, que, apesar de a hipótese alfabética ser geralmente mais fácil de identificar, pois nela o alfabetizando já conseguiu compreender como funciona o sistema alfabético de escrita, as professoras apresentaram certa insegurança e imprecisão na caracterização desse nível alfabético, diferentemente do que ocorreu com os demais níveis psicogenéticos.

A formação continuada de professores alfabetizadores ainda se apresenta como um desafio. A superação desse desafio parece depender, em grande parte, de uma articulação entre teoria e prática, como também da constante reflexão sobre os saberes docentes de professores

alfabetizadoras proposta neste trabalho. Conclui-se que, conhecer o que as professoras sabem e como vêm elas compreendendo cada nível psicogenético poderá servir de base para novas propostas de intervenção junto ao professor alfabetizador.

## REFERÊNCIAS

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRO, Emília. A desestabilização das escritas silábicas: alternâncias e desordem com pertinência. *In*: FERREIRO, Emília. **O ingresso na escrita e nas culturas do escrito**. São Paulo: Cortez, 2013.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. Trad. Horácio Gonzales. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRO, Emília. **Cultura escrita e educação: conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres**. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2001a.

MAMEDE, Inês Cristina de Melo. **Professoras alfabetizadoras e suas leituras teóricas** (texto apresentado no GT de alfabetização). 26ª Reunião da ANPED. Poços de Caldas. 2003

MORAIS, Artur Gomes. **Concepções e metodologias de alfabetização: por que é preciso ir além da discussão sobre velhos “métodos”?** 2006. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_moarisconcpmetodalf.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_moarisconcpmetodalf.pdf). Acesso em 14/09/2018.

TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Ana. **Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.